

R\$



Rua Antonio Moreira, 292 Centro – Ananás/TO. Fone: (63) 3442-1299 - CNPJ:25.061.680/0001-84

Relatório de Veiculação de atividades parlamentares do Deputado Federal César Halum no mês de AGOSTO, SETEMBRO E OUTUBRO de 2017. no Programa Estação Cidade de segunda a sexta das 08 às 12 horas.

Anexo: Nota Fiscal Nº 001333, Referente aos serviços prestados nos meses de AGOSTO, SETEMBRO E OUTUBRO de 2017

07/07/2017 Halum comemora melhorias no atendimento do INSS em Araguaína

Há mais de 10 meses a falta de médicos peritos do INSS tem sido um problema para quem depende do serviço em Araguaína. Moradores da cidade precisam viajar até 250 km para realizar a perícia e ter acesso ao benefício. Preocupado com essa situação, o deputado federal César Halum (PRB-TO), esteve em audiências com o presidente do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, Leonardo Gadelha, que a pedido do parlamentar transferiu, em regime de urgência, um servidor para realizar os procedimentos.

A boa notícia é que na tarde desta quarta-feira, 5, um médico vindo de Natal – RN chegou a cidade com a responsabilidade de zerar a fila de espera de atendimento que já completa mais de 200 prontuários e um outro ficará em regime de plantão todas as terças e quartas-feiras.

"Fiquei feliz com a notícia, pois acredito que não podemos brincar em serviço, principalmente quando tratamos da saúde humana, por isso, como prometido, solucionamos a demanda com a sensibilidade do presidente do INSS que havia me garantido a resolução do problema", comemorou Halum.

O parlamentar disse que ainda atuará junto à bancada federal do Tocantins para que um médico seja transferido em caráter permanente. "Um serviço tão importante não pode ser temporário. Precisamos nos unir para garantir esse atendimento à população de Araguaína", assegurou o republicano.

19/07/2017 Comissão aprova relatório de Halum que libera sem pagamento clientes em situação de risco

Com o relatório favorável do deputado César Halum (PRB-TO), a Comissão de Defesa do Consumidor aprovou o Projeto de Lei 2347/15, do senador Jorge Viana (PT-AC), que proíbe estabelecimentos comerciais – como boates e casas de shows – de impedir a saída do cliente em situação de risco, por causa da cobrança por produtos e serviços.

O texto inclui a vedação no rol de práticas abusivas previstas no Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90). Atualmente, a lei proíbe práticas como elevar sem justa causa o preço ou executar serviço sem orçamento e autorização do consumidor.

Segundo o relator, deputado Halum, muitos estabelecimentos comerciais praticam "confinamento compulsório" de consumidores, impedindo a saída até o pagamento da conta. "Tal prática viola direitos básicos do consumidor de proteção à vida, à saúde e à segurança", disse. O parlamentar afirmou que os direitos à vida e à saúde não podem ceder "a um império desmedido do ganho".

Infração

Halum apresentou emenda, aprovada pela comissão, para punir quem tentar impedir o consumidor de sair por causa de cobrança. Pelo texto, a pena é de seis meses a dois anos de detenção e multa. A sugestão foi feita pelo deputado Celso Russomano (PRB-SP).

A tragédia da Boate Kiss, ocorrida em 2013 em Santa Maria (RS), matou 242 pessoas e feriu 680 outras.

Tramitação

A proposta tramita em caráter conclusivo e regime de prioridade e ainda será analisada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

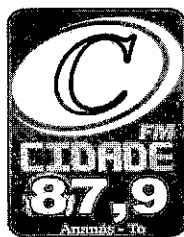
01/08/2017 Aumento de impostos, descompromisso com o cidadão

Atualmente, presencia-se uma gigantesca e multirradiada crise. Equívocos políticos, vários erros e omissões da banda econômica produziram alto endividamento, juros elevados, déficit público inadmissível e desemprego em abundância.

Com o passar do tempo, escancarou-se a corrupção que, institucionalizada e sistematizada, apodreceu estruturas e procedimentos em todas as dimensões dos serviços do Estado. As instituições ainda funcionam, mas os atendimentos são caóticos e o aporte orçamentário-financeiro é pífio – minguando, cada vez mais, a cada dia. Definitivamente, a maioria dos serviços públicos não atende à população.

Em termos claros e objetivos, a política e a economia falharam. Os desvios continuados e os apaniguamentos constantes resultaram em forte entropia das organizações públicas.

Nos últimos dias, o governo anunciou o aumento de impostos - alta expressiva do PIS e do Cofins sobre os combustíveis. Aumentar imposto não solucionará a crise, com certeza, poderá agravá-la. Esse incremento é surreal, exatamente no momento em que a economia reage positivamente. Ademais, a sociedade perdeu a condição de consumir e falta crédito no mercado. Mais salutar seria continuar cortando gastos públicos, reduzir desperdícios e otimizar eficiência.



Rua Antonio Moreira, 292 Centro – Ananás/TO. Fone: (63) 3442-1299 - CNPJ:25.061.680/0001-84

Quando se observa a peça orçamentária federal, execução no ano de 2016, verifica-se que a previdência consumiu 22% do próprio e a rolagem da dívida 43%. Desde o governo FHC que a auditoria da dívida é demandada pelo parlamento, mas sempre vetada pelo presidente do País – Lula, Dilma e Temer vetaram essa proposição apontada pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

A hora é agora, não se pode mais enxergar o País pagando exorbitantes valores somente para rolar a dívida (quase 50% do Orçamento da União) e não saber exatamente quem são os credores dessa dívida nem as bases em que a própria foi fundada. Observar o governo massacrar os cidadãos com mais impostos, cuja a carga já é elevadíssima, e oferecer serviços de horrível qualidade, assim como escutar o Executivo divulgar que não há dinheiro para fazer funcionar serviços essenciais é revoltante e cada pessoa tem uma resposta pornográfica para essa questão.

Mais do que tudo, essa medida – que dobra o imposto sobre os combustíveis – tem o potencial de deixar bens e serviços mais caros e aponta a face perversa do atual sistema arrecadatório: quem ganha menos, paga proporcionalmente mais aos cofres públicos. O governo sabe disso e penaliza cruelmente os mais pobres.

Reduzir os juros para algo em torno dos 3% resultaria em benefícios para os empregadores e favoreceria o surgimento de novas vagas de empregos. Além do mais, o custo Brasil seria reduzido (pelos juros pagos aos bancos pelo Tesouro). A questão que se impõe é: as autoridades responsáveis pela estabilização da economia estão comprometidas com o Brasil e seu povo ou estão a serviço dos banqueiros internacionais e locais?

07/08/2017 UOL destaca coerência de César Halum ao votar pelo afastamento de Cunha, Dilma e Temer

O voto do deputado federal César Halum (PRB) pela continuidade das investigações do crime de corrupção passiva contra Michel Temer está rendendo repercussão nacional.

Halum aparece em lista do colunista Josias de Souza, do UOL, como o único representante do Tocantins entre os deputados que, segundo Josias, votaram com coerência nos processos contra a presidente eleita Dilma Rousseff, Michel Temer e o deputado Eduardo Cunha.

"Em política, como na vida, a coerência é um caminho sem volta. Funciona mais ou menos como a virgindade. Perdeu, perdida está. Não dá segunda safra. Há na Câmara 513 deputados. Apenas 108 —ou 21% do total— votaram coerentemente a favor da cassação de Eduardo Cunha, do impeachment de Dilma Rousseff e da continuidade do processo contra Michel Temer por corrupção passiva", diz o colunista.

Ao declarar seu voto, na última quarta-feira, 2, Halum argumentou que para ele a economia não pode ser usada para justificar a decisão de não investigar um ato suspeito.

"A retomada do crescimento e as reformas não podem ser pretextos para se estancar o processo de combate à corrupção. E isso por razões morais, mas também por motivos econômicos. Combater os desvios é uma das formas de trabalhar pela estabilidade econômica de longo prazo", disse.

Matéria completa no UOL em <https://josiasdesouza.blogosfera.uol.com.br/2017/08/06/coerencia-108-deputados-votaram-pelo-afastamento-de-cunha-dilma-e-temer>

12/08/2017 Reforma Política - Halum critica "distritão" e fundo bilionário para campanhas

Da tribuna - O deputado César Halum (PRB-TO) reprovou o sistema eleitoral conhecido como distritão, aprovado pela Comissão Especial que analisa a Reforma Política na Câmara dos Deputados. "Entendo que as minorias precisam estar representadas e o "distritão" dificulta essa possibilidade". Para ele, só serão eleitos os candidatos que têm maior poder econômico, ou já está cumprindo mandato.

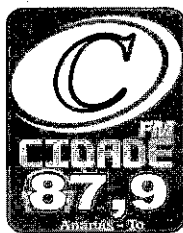
"Isso vai prejudicar muita gente nova que tem vontade de entrar na política para dar sua contribuição. Eles já começam a desistir e procurar outros caminhos" complementou o deputado. Halum acredita que há a possibilidade de o "distritão" ser barrado. "Semana que vem o texto deve ser votado em Plenário. Vamos nos unir para rejeitá-lo", disse.

O deputado também criticou o Fundo Especial de Financiamento da Democracia (FFD) que, para ele, é um abuso com o eleitor. "Neste momento em que vivemos uma crise econômica tão grave temos que procurar alternativas para reduzir os custos e não aumentá-los. De fato, campanha política demanda dinheiro, mas não dinheiro do contribuinte", defendeu.

De acordo com o texto, o Fundo levaria, em 2018, R\$ 3,6 bilhões do Orçamento da União. "Seria uma irresponsabilidade do parlamentar aprovar que esse montante fosse tirado da educação ou da saúde ou da segurança ou do esporte ou do turismo ou da ciência e tecnologia para financiar eleição, sem autorização do povo. O povo não aguenta isso mais! Não podemos nadar contra a maré", asseverou.

Reforma da Previdência

Em seu discurso, o parlamentar tocantinense repudiou o atual texto da Reforma da Previdência. Segundo ele a proposta se faz necessária, porém é preciso que o Governo entenda que privilegiar os ricos e sacrificar os mais pobres é um grande equívoco. "Não podemos transferir essa conta só para aqueles que são mais desprotegidos, que têm menor representatividade, que não têm



Rua Antonio Moreira, 292 Centro – Ananás/TO. Fone: (63) 3442-1299 - CNPJ:25.061.680/0001-84

ninguém que faça lobby por eles nesta Casa para poder livrá-los da reforma. Por exemplo, essas aposentadorias milionárias têm que ser revistas. Nós não podemos permitir que isso continue acontecendo", concluiu.

17/08/2017 César Halum traz ao Tocantins investidor árabe para financiar produção Halal no estado

O deputado federal César Halum (PRB) articulou um novo passo para o Tocantins se tornar um centro de produção Halal do Brasil. Halum, que é presidente do grupo parlamentar Brasil - Países Árabes, trouxe nesta quinta-feira, 17, para audiência com o governador Marcelo Miranda (PMDB) o presidente da Federação das Associações Muçulmanas do Brasil (Fambras), Mohammed el Zoghbi, e o especialista em finanças islâmicas Khalid Al Janahi, representante do Capital of Islamic Economy, um fundo de investimentos sediado em Dubai.

Eles apresentaram ao governador a proposta de criação de uma plataforma financeira no Tocantins, semelhante a um fundo de investimentos, pelo qual o mercado islâmico poderá financiar a produção e exportação de produtos halal aos países árabes.

Segundo Khalid al Janahi, o mecanismo pode tornar o Tocantins uma espécie de hub, ou concentrador, dos investimentos islâmicos. "Pelo que eu vejo das características do Tocantins, ele pode ser sim o hub de investimentos para produção de produtos halal do Brasil da América Latina. Será um modelo", afirmou. "Hoje, o mercado halal mostra para o mundo que há condições de se produzir sem ser explorado", acrescentou Khalid.

Este fundo de investimentos poderá financiar a instalação, por exemplo, de frigoríficos, da safra de grãos ou de outros produtos que atendam às leis e à cultura islâmica.

Tocantins foi escolhido como de sede de investimentos halal

Para César Halum, os países islâmicos, que formam a terceira maior economia do planeta, buscam segurança alimentar com produtos que atendam à sua cultura e identificaram no Tocantins um estado capaz de atendê-los em suas necessidades.

"O estoque que precisamos para começar com o mercado islâmico é o produto em estoque. O Tocantins só precisa agora mostra que tem o produto para ser industrializado dentro do processo halal e a gente fazer parte desta economia", afirmou.

O governador Marcelo Miranda se comprometeu a acelerar as providências jurídicas e políticas necessárias para efetivar a criação da plataforma e possibilitar a rápida atração dos investimentos. "Estamos saindo mais fortalecidos e o Tocantins quer ser o carro chefe deste projeto, para que a gente possa abastecer este mercado halal", afirmou o governador.

O presidente da Fambras, Mohammed el Zoghbi, explicou que após a primeira visita ao Tocantins, no último mês de junho, o próximo passo para a concretização do projeto era a vinda de um investidor que explicasse o que precisa ser feito para se implantar a plataforma, que por sua vez receberá os investimentos que financiarão a produção e exportação dos produtos halal. "O que fizemos hoje foi dar mais um passo para trazer este tipo de política econômica para o Tocantins, e que daqui se prolifere para todo o Brasil", afirmou.

O Tocantins já conta com um empreendimento capaz de receber empresas dispostas a processar e manejar produtos para o mercado halal. É a Zona Especial de Negócios (ZEN), localizada no distrito de Luzimangues, em Porto Nacional, com ligação direta com a ferrovia Norte Sul.

Participaram da audiência os prefeitos de Colinas do Tocantins, Adriano Rabelo (PRB), de Porto Nacional, Joaquim Maia (PV), do prefeito de Rio Verde (GO), o empresário Pedro Vilaça, além de secretários estaduais e técnicos do governo.

Mercado halal

Halal, em árabe, significa "lícito, que é permitido", e pode ser interpretado como as normas de manejo, processamento e fabricação de alimentos e produtos que atendam aos requisitos e princípios da cultura e das leis islâmicas. Para vender aos países muçulmanos, é necessário que as empresas tenham uma certificação de que o produto é halal. E no Brasil, quem certifica esta produção é a Fambras.

22/08/2017 Projeto de Halum obriga a presença de veterinário em estabelecimentos comerciais

A Câmara dos Deputados analisa o projeto de lei do deputado federal César Halum (PRB-TO) que obriga os estabelecimentos que industrializam, fabricam ou armazenam produtos veterinários a disporem de profissional da área responsável para a manipulação das referidas mercadorias.

Na proposta, Halum argumenta que o atendimento realizado em locais que comercializam esse tipo de produto, em sua maioria, é realizado por leigos que não possuem conhecimento técnico específico para a prescrição, o que pode, segundo ele, trazer inúmeros prejuízos à saúde. "A literatura veterinária defende que alguns medicamentos jamais deveriam estar em mãos de pessoas não aptas a manipulá-los. Nesse sentido, a proposta quer reforçar o controle sanitário desse material, garantido assim uma saúde pública mais efetiva", justifica o republicano.

De acordo com a proposta, o médico veterinário que ficará responsável pelo estabelecimento precisa ser credenciado junto ao Conselho Regional de Medicina Veterinária (CRMV) além de sua presença durante todo o horário de funcionamento.

É considerado produto de uso veterinários toda substância química, biológica, biotecnológica ou preparação manufaturada ou



Rua Antonio Moreira, 292 Centro – Ananás/TO. Fone: (63) 3442-1299 - CNPJ:25.061.680/0001-84

Relatório de Veiculação de atividades parlamentares do Deputado Federal César Halum no mês de NOVEMBRO de 2017.

no Programa Estação Cidade de segunda a sexta das 08 às 12 horas.

Anexo: Nota Fiscal Nº 001334, Referente aos serviços prestados nos meses de NOVEMBRO de 2017

27/10/2017 Projeto de César Halum que devolve dinheiro em serviços cancelados por causa de epidemias é aprovado

A Comissão de Defesa do Consumidor aprovou o Projeto de Lei 4524/16, do deputado César Halum (PRB-TO), que garante a restituição imediata ao consumidor da quantia paga por serviços cancelados em locais com epidemias de dengue, zika e chikungunya. O consumidor poderá também optar pela remarcação do serviço sem custos.

A medida abrange os serviços ofertados por empresas de transporte aéreo, terrestre e marítimo; agências de turismo; hotéis e pousadas; e programas de milhagem.

O relator na comissão, deputado Vinicius Carvalho (PRB-SP), recomendou a aprovação da matéria. Ele defendeu que o consumidor não deve arcar com os custos de um cancelamento em razão de força maior.

Ainda segundo Carvalho, o projeto preservará o relacionamento entre prestadores e consumidores de serviços turísticos. "A proposição fornece um respaldo legal para que prestadores bem-intencionados devolvam os gastos aos clientes, evitando a intervenção judicial", explicou.

Milhas

Pelo texto, os programas de milhagem deverão restituir os créditos transferidos no caso de cancelamento do serviço de forma imediata, sem qualquer ônus aos clientes.

Para solicitar a restituição sobre serviços cancelados no País, o consumidor deverá comprovar que o Ministério da Saúde avalia a área como em situação de alerta ou risco.

No exterior, segundo o texto, serão consideradas epidêmicas regiões com, no mínimo, 300 casos por cem mil habitantes, conforme critério da Organização Mundial de Saúde (OMS).

Gestantes e pessoas com mais de 60 anos poderão justificar o cancelamento utilizando atestados ou laudos médicos.

Tramitação

A proposta tramita em caráter conclusivo e ainda será analisada pelas comissões de Turismo; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

18/10/2017 Halum instala Frente Parlamentar que defende legalização de jogos

Colegiado defende novos postos de trabalho e recolhimento de impostos

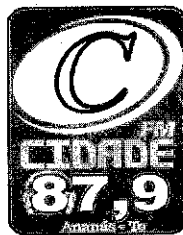
A Frente Parlamentar Pela Aprovação do Marco Regulatório dos Jogos no Brasil foi instalada na Câmara dos Deputados, nesta quarta-feira (18). O presidente do colegiado, que tem a participação de 229 parlamentares, deputado Cesar Halum (PRB-TO), defende a geração de empregos e arrecadação de impostos que as legalizações dos jogos podem trazer ao país.

"Só no Jogo do Bicho existem mais de 400 mil postos de trabalho. Ou seja, pais de família que trabalham escondidos, às vezes tendo que pagar propina a policiais, quando poderiam estar trabalhando formalmente, com carteira assinada e contribuindo devidamente para previdência. Em pouco tempo essa atividade poderá arrecadar três vezes mais do que a CPMF", disse Halum.

O presidente do Instituto Brasileiro Jogo Legal, Magno José Santos, também defendeu a geração de novos postos de trabalho que, segundo ele, podem chegar a 600 mil empregos diretos. "Nós não discutimos a liberação do jogo, porque ele já acontece, o que discutimos é se o Estado vai arrecadar, ou não, com a atividade. Só a Caixa Econômica Federal vende dois bilhões de reais em apostas por ano. Por dia, 10% da população brasileira faz algum tipo de aposta", argumentou.

Para Halum, é uma contradição o fato de o Brasil tolerar uma atividade que é ilegal. "É uma incoerência. Hoje arrecadamos pouco mais de 300 milhões de reais por ano com corridas de cavalo, 400 bilhões de reais por ano com loterias estaduais. Se legalizarmos a prática, poderíamos arrecadar cerca de 18 bilhões de reais por ano", completou.

O republicano pontuou, ainda, que na América do Sul apenas o Brasil e a Bolívia por enquanto não liberaram o jogo, a exemplo de outros 156 países, como os Estados Unidos, onde 1 milhão e 700 mil pessoas trabalham na indústria que arrecada 37 bilhões de dólares por ano.



Rua Antonio Moreira, 292 Centro – Ananás/TO. Fone: (63) 3442-1299 - CNPJ:25.061.680/0001-84

Também estiveram presentes ao evento o presidente da Associação das Loterias Estaduais, Roberto Brasil, o presidente da Loteria do Estado do Rio de Janeiro, Sergio Ricardo, entre diversas outras entidades e representantes nacionais e internacionais do setor.

19/10/2017 spot-entrevista do deputado Halum à Rádio Câmara

Encaminho áudio com entrevista do deputado Halum à Rádio Câmara.
Solicitamos veiculação de ao menos parte da matéria.

Assunto: Lançamento da Frente Parlamentar pela Aprovação do Marco Regulatório dos Jogos no Brasil. Halum é o presidente.

25/10/2017 Apresento a vocês as razões pelas quais mudei minha posição e votei contra a segunda denúncia apresentada em desfavor do presidente Michel Temer

- Minha decisão não foi individual. Ouvi prefeitos, líderes comunitários, representantes da indústria, do agronegócio e do comércio: o setor produtivo não quer parar de crescer e sofrer com mais mudanças que geram instabilidade ao mercado, no momento em que a política econômica transmite confiança a quem quiser investir no Brasil. As análises do Banco Central já apontam para o crescimento de 1% do PIB este ano e de quase 3% para 2018. É notório o clima de recuperação.

- A Câmara dos Deputados não arquivou a denúncia. Apenas suspendeu o processo com vistas a assegurar a governabilidade no país. O presidente vai responder na Justiça Comum após o término do seu mandato que ocorrerá em pouco mais de um ano.

- Os fatos da denúncia referem-se a inquéritos inacabados, fundamentados principalmente em delações premiadas, sendo que uma delas foi anulada integralmente pelo Supremo Tribunal Federal (STF) diferente da primeira apresentada.

- Caso o presidente tivesse sido afastado no prazo de seis meses, muito provavelmente ele retornaria ao poder em abril de 2018, pois, historicamente, o STF demanda de 2 a 3 anos para julgar um processo de tamanha extensão. Com isso, novas mudanças seriam inevitáveis (troca de ministros, cargos nos Estados, presidentes de Estatais, etc.), causando um grande transtorno ao Brasil. Não queremos isso. Neste momento, minha responsabilidade é agir para que o crescimento do país se mantenha. O Brasil precisa respirar.

Deputado César Halum
(PRB-TO)

